



# notíciaLEGAL

Informativo digital da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

---

## **PGE abre processo de localização para o NAIA**

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) realiza, no dia 11 de julho, às 9h30, em seu auditório, uma sessão pública para o preenchimento de seis vagas no Núcleo Anticorrupção e de Combate a Improbidade Administrativa (NAIA). Os procuradores do Estado interessados, lotados ou não na PCJ, deverão se manifestar enviando o formulário contido no edital (publicado no DIO em 23/06) para o e-mail [gabinte@pge.es.gov.br](mailto:gabinte@pge.es.gov.br), ou protocolando o documento na PGE. O edital completo pode ser acessado e baixado no site da PGE ([www.pge.es.gov.br](http://www.pge.es.gov.br)), clicando no menu LEGISLAÇÃO E NORMAS>PUBLICAÇÕES LEGAIS DA PGE/ES.

## **PCA lança informativo com decisões de tribunais**

A Procuradoria de Consultoria Administrativa (PCA) lançou, neste mês de junho, um informativo digital contendo um resumo das principais decisões proferidas pelos tribunais superiores, cujos temas sejam de interesse dos procuradores do Estado e assessores jurídicos - sobretudo daqueles que atuam na PCA. A ideia partiu do procurador-chefe e do procurador-chefe adjunto da setorial, Leandro Mello Ferreira e Horácio Augusto Mendes de Souza, respectivamente. O objetivo, segundo os procuradores, é atualizar e municiar os colegas e as assessorias jurídicas com decisões que venham a auxiliar na produção de seus pareceres. O informativo - que estará disponível no site da PGE - também vai trazer toda a atualização legislativa federal e Estadual e terá periodicidade mensal. Para acessá-lo, basta clicar no menu PUBLICAÇÕES e fazer o download.

## **PFI presta esclarecimentos na CPI da Sonegação**

A convite da CPI da Sonegação de Tributos, os procuradores José Alexandre Rezende Bellote e Cezar Pontes Clark, compareceram, no dia 20/06, a uma reunião da Comissão. Juntamente com a Sefaz, os procuradores explicaram aos membros da CPI como o Estado - por meio da PGE - vem atuando na recuperação de seus créditos, destacando também a parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda. "Tivemos muitos avanços nessa questão, mas precisamos ainda de uma reforma na legislação tributária. Algumas leis atuais ainda garantem direito aos sonegadores deixando o Estado a mercê deles", alertou Bellote.

